

CLIPPING IMPRESSO

25/03/2022



INDICE

1. DESEMBARGADOR	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. INSTITUCIONAL	
2.1. O ESTADO DE SÃO PAULO.....	2 - 3

Rapidinhas

*** O ex-juiz titular da 3ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha, Douglas Airtton Ferreira Amorim, é agora o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. A posse ocorreu ontem (10).

Judiciário e MP PEC do quinquênio

Folga no teto de gastos favorece benefício a juízes e procuradores

.....

ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA

.....

A tentativa de ressuscitar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Senado que garante benefício extra na remuneração de juízes e procuradores ganhou força porque o Judiciário, Legislativo, Ministério Público Federal e Defen-

soria Pública da União têm juntos folga de R\$ 3 bilhões no limite de teto de gastos.

O espaço no teto aumentou depois que o Congresso aprovou, no ano passado, revisão na regra que limita o crescimento das despesas à inflação incluída na PEC dos Precatórios para aumentar o limite de gastos este ano e garantir volume maior de emendas parla-

mentares no Orçamento.

Essa margem para gastos não pode ser utilizada pelo Executivo, que nesta semana anunciou que fará um bloqueio de R\$ 1,72 bilhão nas despesas para recompor recursos que faltam em áreas que tiveram despesas cortadas pelos parlamentares na votação do Orçamento deste ano.

Para o pesquisador associado do Insper Marcos Mendes, a PEC é um “tremendo retrocesso” com custo elevado para o Executivo, Estados e municí-

pios. Ele lembrou que o pagamento de quinquênios (5% do valor do salário a cada cinco anos) tinha acabado para os servidores do Executivo em 1999 – e para os do Judiciário e Ministério Público em 2005. “A medida está na contramão da reforma administrativa que tem que ser feita”, disse. A reforma administrativa, que prevê reformulação nas regras para contratar, promover e demitir os servidores, está empacada no Congresso desde setembro de 2020. ●

Na contramão do que o serviço público precisa

ANÁLISE

JOÃO VILLAVERDE

Neste exato momento, enquanto o leitor do **Estadão** lê estas linhas, há 12 milhões de homens e mulheres sem emprego. Buscam e não encontram. Além disso, a renda média da população caiu 1,1%, a R\$ 2.489 por mês, no trimestre entre novembro de 2021 e janeiro deste ano e os três meses imediatamente anteriores. Um período de elevado desemprego com renda em baixa é o pior momento possível para ter inflação alta. Pois é o que ocorre no Brasil: a inflação está muito alta, beirando 11% ao ano.

Quem anda pelas ruas brasileiras vê com os próprios olhos este quadro de desalento social: famílias morando nas ruas, em praças e viadutos. Sem conseguir arcar com custos de habitação, resta a rua. A insegurança

alimentar aumentou.

É neste cenário, que todos estamos vendo e vivendo, que é revelado, pelo **Estadão**, o projeto encampado pelo governo Bolsonaro de gastar ainda mais dinheiro público com juizes e procuradores. Trata-se de uma PEC que recria o “quinquênio” para o Judiciário.

Pense, leitora e leitor: o governo quer escrever na Constituição que integrantes do Judiciário receberão um adicional de 5% do salário a cada cinco anos de função. As projeções de custos, para União e Estados, chegam a R\$ 4 bilhões por ano.

Integrantes do Judiciário já estão no topo da cadeia salarial do serviço público. Ademais, há uma série de benefícios, como

servidores de apoio, além de outros penduricalhos.

Mais de 94% das despesas primárias do Orçamento federal estão “engessadas”, isto é, não podem ser reduzidas livremente.

Desalento social
Sem conseguir arcar com custos de habitação, resta a rua. A insegurança alimentar aumentou

A maior parte vai para aposentadorias e salários. Com a PEC, esses gastos subirão ainda mais. Sobrará menos ainda para todas as outras demandas do País. Essa PEC vai na contramão do que realmente necessitamos quan-

do o assunto é serviço público: uma reforma que permita progressões por méritos e que introduza avaliações contínuas de impacto de políticas públicas.

Do ponto de vista social, o País está à deriva. É justamente quando a renda está apertada, pela terrível combinação de desemprego e inflação, que a sociedade deixa escolas privadas, transporte individual, planos de saúde e outros gastos de consumo particular para então buscar, como substitutos, os serviços públicos. Dado que os recursos são finitos e, pior, “engessados”, aumentar gastos com o topo da pirâmide beira o inacreditável. ●

PROFESSOR DA FGV-SP